

The background features a faded image of a densely populated favela. In the foreground, there are silhouettes of people, including a child on the left and another person on the right, both appearing to be taking photos or videos with their phones. The overall color palette is muted, with a light blue and grey tone.

urbBA[19]

URBANISMOS:

Ensino, Prática, Aprendizagem

CADERNO DE RESUMOS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

S471

Seminários Urbanismo na Bahia (9. : 2019 : Salvador, BA).

[Anais do] urbBA[19] : urbanismos : ensino, prática, aprendizagem, [Salvador], [6, 7 e 8 de novembro de 2019] / [coordenação geral, Ana Maria Fernandes, Luiz Antonio de Souza]. – Salvador, BA : Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019.

1 v. : il.

Organização: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. I. Fernandes, Ana Maria. II. Souza, Luiz Antonio de. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. IV. Título.

ISSN 2316 6606

CDU: 72+711.4

Responsável técnico: Ramon Davi Santana – CRB/5-1972

Os resumos são de responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados ao PPGAU/FAUFBA e autores dos resumos.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA

Rua Caetano Moura, 121 - Federação

CEP 41210-350 - Salvador | Bahia | Brasil

REALIZAÇÃO

Rede urbBA

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Faculdade de Arquitetura - FAUFBA

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU-FAUFBA

Grupo de Pesquisa Lugar Comum - PPGAU-FAUFBA

Instituto de Humanidade, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC-UFBA

Universidade Estadual de Feira de Santana/Colegiado de Direito - UEFS

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB



APOIO

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU

EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia



COLABORAÇÃO

Instituto de Arquitetos do Brasil/Seção Bahia - IAB-BA



APOIO CULTURAL

Portal Vitruvius

ARCHDAILY



FICHA TÉCNICA

Coordenação geral

Profa. Ana Fernandes (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Prof. Luiz Antonio de Souza (UNEB/PPGAU-FAUFBA)

Comissão Organizadora

Profa. Aline Barroso (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Caio Almeida (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Profa. Gabriela Leandro (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Helayna Soares (PPGAU-FAUFBA)

Laís Cerqueira (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Profa. Mayara Araújo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Profa. Sanane Sampaio (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Profa. Maria José Andrade de Souza (UEFS)

Tiago Souza Bastos (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Fecu Metellus (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Comissão Científica

Profa. Angela Franco (IHAC/UFBA-Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA) – Presidente da Comissão Científica

Profa. Adriana Nogueira Lima (UEFS)

Prof. André Araújo (UFSB)

Prof. Cláudio Carvalho (UESB)

Profa. Gloria Cecília Figueiredo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Prof. Joel Felipe (UFSB)

Prof. José Huapaya (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Prof. Leandro Souza Cruz (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Profa. Liana Viveiros (UCSAL-Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)
Prof. Marcos Carvalho (FACOM/UFBA-Lugar Comum/PPGAU-UFBA)
Profa. Maya Manzi (UCSAL)
Profa. Nayara Amorim (UFBA)
Prof. Paulo Torres (UEFS)
Profa. Regina Oliveira (UFSB)
Profa. Maria José (UEFS)

Projeto Gráfico

Criação:
Sofia Costa (FAUFBA)

Diagramação:
Arq. Nicholas Beloso (Politecnico di Milano)

Editoração e Arte Final:
Ana Clara Araújo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Adesivos e Bottons:
Thalia Santos Silva (FAUFBA)

Desenvolvimento do Site:
Helayna Soares (PPGAU-FAUFBA)
Laís Cerqueira (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Impressão:
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia

Apresentação	11
Programação geral	17
Mesas Redondas	25
Conferência	31
Rodas de Discussão	35
Sessões Temáticas	43
Anotações	87

APRESENTAÇÃO

urbBA[19]

Diferenças de ordem política, epistemológica, metodológica e de atuação e regulação no campo do urbanismo ganham relevo nas últimas décadas, especialmente a partir das formas de sua inserção na vida pública, coletiva e comum como um todo. Quer seja na elaboração de políticas urbanas e nas interlocuções e embates entre academia, comunidades, governos e mercado, quer seja nos projetos implementados, o urbanismo, ao mesmo tempo em que assume centralidade na definição de perspectivas para as cidades, também vem sendo sistematicamente empobrecido em suas complexas dimensões constitutivas.

A formação de quadros com capacidade de atuação para além de fronteiras nacionais, associada à intensificação da mobilidade de profissionais e acadêmicos – assim como de empresas e de lógicas de acumulação –, aceleram o processo de circulação, reinvenção ou amortecimento de ideias, acentuando a possibilidade de trocas de experiências e de comparações em escalas e perspectivas distintas.

Este processo foi acompanhado, em determinados contextos nacionais, por novos arranjos de formação profissional e por transformações significativas na constituição do próprio campo, na ampliação do repertório de instrumentos e nas ressignificações do plano e do projeto. A Universidade pode aí assumir um lugar central, ativando e expandindo o compromisso do urbanismo com a ação democrática e cidadã, desdobrada em justiça espacial, pluralidade de horizontes e bem viver.

A formalização da regulação profissional dos urbanistas no país, vinculada aos cursos de Arquitetura e Urbanismo, mesmo que somada à corajosa inovação trazida pelo curso de Urbanismo na UNEB desde meados dos anos 1990, não alcança a complexidade de um campo formado historicamente na interseção com outras disciplinas. Em sua autonomia relativa, ele necessariamente dialoga com Planejamento Urbano e Regional, Direito, Paisagismo, Geografia, Sociologia e Economia Urbanas, Estatística, Demografia, História, Antropologia, Artes e Cultura, dentre outras, seja na academia, nas discussões profissionais e nas esferas de governo, seja quando ampliado pelos inspiradores urbanismos concebidos e praticados popularmente, com mediação restrita do Estado ou do mercado institucionalizado.

A comemoração dos 60 anos da Faculdade de Arquitetura da UFBA é ensejo para que esta edição dos Seminários Urbanismo na Bahia, o urbBA[19], traga questões em torno do ensino de Urbanismo, sendo o campo entendido como lugar de produção de conhecimento e de intervenção crítica, propositiva e comum sobre a cidade e o território.

Portanto, em sua nona edição, o evento Urbanismo na Bahia, o urbBA[19], tem como objetivo geral dar continuidade, em uma periodicidade anual, a uma discussão sistematizada, regular e ampla sobre o urbanismo contemporâneo, entendendo essa área de atuação enquanto uma das instâncias de constituição do mundo comum, da esfera pública e do espaço público propriamente dito.

Enquanto campo disciplinar, é imprescindível que a reflexão sobre as experiências realizadas ou em curso seja incentivada e aprofundada, como forma de alimentar tanto a constituição teórica do próprio campo quanto o conjunto de questões que a ele se impõem no processo. Resta salientar que, em ambos os casos, os desdobramentos referentes à elaboração, avaliação e crítica de políticas públicas para as cidades são também inquiridos, agregando assim alguns dos elementos centrais de referência da questão urbana contemporânea.

Como objetivo específico, busca-se incentivar a produção de pesquisas e reflexões sobre o urbanismo na Bahia e no Brasil, de forma a poder dar conta do conjunto de processos de reestruturação territorial e urbana em curso, caracterizando neles o que há particular e o que há de geral, especificando seus principais objetivos, agentes, escalas, formas de implementação e redes de cooperação. Com o tema URBANISMOS: ENSINO, PRÁTICA, APRENDIZAGEM, o urbBA[19] se organiza em torno de três questões centrais, que versam sobre: 1) Urbanismo enquanto política; 2) Experiências de Ensino e Aprendizagem; e 3) Práticas e Atuação Profissional. Com eles se espera dar seguimento ao processo de debates iniciado em 2011, ano de sua primeira edição, promovendo a cooperação entre instituições acadêmicas, sociedade civil e poder público, debatendo questões centrais da promissora relação entre urbanismo, ação coletiva e direito à cidade.

EIXO 1 – Urbanismo enquanto política

Este eixo remete aos processos e concepções urbanísticas, bem como aos sentidos e instrumentos de política urbana, o que nos sugere compreender o urbanismo enquanto esfera de construção de ideias e realidades, sob a tensão de um complexo de contradições, inquietações, interesses e possibilidades transformadoras das dinâmicas das cidades e do existir em seus territórios. A perda dos referenciais da modernidade e os novos termos do fazer a cidade têm resultado numa crise com consequências ainda opacas, o que instiga a reflexão e a procura por novos caminhos e novas utopias. Alguns temas, abaixo sugeridos, ancoram as discussões:

- Instrumentos públicos e coletivos da política urbana e dimensão prático-sensível
- Participação e controle social na política urbana
- Desmonte institucional e financeiro da política urbana: extinção dos conselhos participativos e do Ministério das Cidades
 - Perspectivas da política habitacional e do PMCMV
 - Utopias experimentais e futuros possíveis
 - Planos, projetos e concepções urbanísticas na cidade contemporânea: urbanismo colaborativo, corporativo, tático, social, crítico, sustentável, insurgente, entre outros
 - Sujeitos coletivos e processos de transformação urbana
 - Grandes projetos, regulação e seus impactos no território
 - Desafios colocados pelo direito urbanístico numa perspectiva pública

EIXO 2 - Experiências de ensino e aprendizagem

A discussão sobre experiências de ensino e aprendizagem no campo do urbanismo deve atentar para a especificidade do campo, exigindo múltiplos olhares e aportes. No ambiente acadêmico, o entendimento dos processos urbanos contemporâneos tanto se faz a partir das disciplinas acadêmicas, como – numa tendência cada vez mais forte – através de uma abordagem multidisciplinar com a colaboração de diversas disciplinas. Ou ainda com a integração entre elas (o que somente seria atingível através da interdisciplinaridade) ou mesmo com a criação de algo novo no âmbito da transdisciplinaridade. Por sua vez, a interação entre universidade e sociedade – também uma perspectiva crescentemente colocada – redefine a equação ensino/aprendizagem e, nisso, o urbanismo, por sua própria natureza, vai ou possibilita ir além em experiências que misturam territórios, agentes sociais e culturais, instrumental analítico e propositivo, estratégias pedagógicas e de aprendizagem, saberes e fazeres. Temas a seguir listados apontam para estas reflexões:

- Articulação do ensino com a prática do urbanismo
- Estratégias metodológicas e pedagógicas do ensino de urbanismo: onde, quando, como, com quem
- Multi-Inter-Trans (MIT) disciplinaridade no ensino de urbanismo e os campos mobilizados
- Perspectivas políticas e mobilização de instrumental analítico e propositivo no ensino de urbanismo

- O papel da extensão e pesquisa no ensino de urbanismo
- O lugar do urbanismo nos projetos político-pedagógicos de ensino e formação
- Limites e possibilidades da ação da universidade na interação social

EIXO 3 – Práticas e atuação profissional

Tendo desaparecido certezas a respeito de como agir sobre territórios e cidades, questionar o fazer urbanismo numa perspectiva de interesse público e comum constitui o seu próprio fazer. Na medida em que soluções e proposições são sempre contextuais e conjunturais, reflexões que evitam a paralisia e possibilitam o caminhar podem ser construídas em articulação com múltiplos processos de ensino, de diálogo e de aprendizado. Com este princípio, entendemos ser necessário provocar debates tendo em vista temas como:

- Urbanismo em suas práticas e atuações democráticas
- Associações, escolhas e compromissos entre a técnica, a política, a ética e a estética
- Construção de propostas entre institucionalidades e organizações comunitárias: do edital à concretização de ideias e do projeto
- Multi-Inter-Trans (MIT) disciplinaridade no projeto urbanístico
- Articulação e interação entre escalas e entre agentes: pluralidade de território, de cultura e de interesses
- Transformações, permanências e insistências em modelos de atuação
- Urbanismo enquanto produto de mercado
- Cidade em comum e agentes populares na sua construção
- Urbanidades e Ruralidades

PROGRAMAÇÃO GERAL

urbBA[19]

06 DE NOVEMBRO (Quarta-feira)

07 DE NOVEMBRO (Quinta-feira)

08 DE NOVEMBRO (Sexta-feira)

MANHÃ 08 às 09h

CRENCIAMENTO
MESA DE ABERTURA

09 às 12h

MESA REDONDA 1
Política e cidade: quais os desafios?

MESA REDONDA 3
Urbanismos: experiências singulares

RODA DE CONVERSA 5
Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

TARDE 14 às 17h

MESA REDONDA 2
Práticas em Urbanismo: projeto, participação e produção do espaço

SESSÕES TEMÁTICAS

RODA DE CONVERSA 6
Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

17 às 19h

RODAS DE CONVERSA 1, 2, 3

SESSÕES TEMÁTICAS

NOITE 18 às 19h

RODA DE CONVERSA 4

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
Urbanismo como prática da liberdade

19 às 20h

CONFERÊNCIA
Conhecimento Favelado

LANÇAMENTOS

20h

FESTA POR ADESÃO

urbBA[19]

MANHÃ

Credenciamento/Mesa de Abertura | 08 às 09h**Mesa Redonda 1 - Política e cidade: quais desafios?** | 09 às 12h | Local: Mastaba

Marcelo Edmundo (Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU)

Rudrigo Rafael Souza e Silva (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST)

Diosmar Marcelino de Santana Filho (GPhEDDH-UFBA)

Glória Cecília dos Santos Figueiredo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Coordenação/Debate: Liana Viveiros (UCSAL-Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

TARDE

Mesa Redonda 2 - Práticas em Urbanismo: projeto, participação e produção do espaço | 14 às 17h | Local: Mastaba

Floriano Freaza (FFA Arquitetura e Urbanismo)

Marly Carrara (União Nacional por Moradia Popular - UNMP)

Viviane Hermida (Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho - MNBE2J)

Coordenação: Helayna Soares (PPGAU-FAUFBA)

Debate: Heliodório Sampaio (PPGAU-FAUFBA)

Roda de Conversa 1 - Formação Profissional em Urbanismo: diálogos sobre o campo intelectual, sua constituição disciplinar e autonomia | 17 às 18h30 | Local: Auditório 1**Roda de Conversa 2 - Monitoria de extensão em “Olhares urbanos”: Possibilidades metodológicas de inserção da análise subjetiva dos sujeitos nos estudos urbanos** | 17 às 18h30 | Local: Auditório 2**Roda de Conversa 3 - Aprendizagem em situação de conflito** | 17 às 18h30 | Local: Mastaba

NOITE

Conferência - Conhecimento Favelado | 19 às 21h | Local: Mastaba

Conferencista: Fransérgio Goulart (Movimento de Favelas do Rio de Janeiro/Fórum Grita Baixada)

Coordenação: Mayara Araújo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

06/11
QUARTA-FEIRA

07/11
QUINTA-FEIRA

MANHÃ

Mesa Redonda 3 - Política e cidade: quais os desafios? | 09 às 12h | Local: Mastaba

Marcos Xavier (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)

Ney Castro (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Thaianna Valverde (Centro de Estudos e Ação Social - CEAS)

Gabriela Leandro (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Coordenação/Debate: Ana Fernandes (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

TARDE

Sessões Temáticas | 14 às 16h30

ST 1 - Política Habitacional e Regularização Fundiária | Local: Mastaba

ST 2 - Conflitos urbanos, participação e direitos | Local: Auditório 1

ST 3 - Gênero, violência e espaço pública | Local: Auditório 2

ST 7 - Assessoria Técnica, participação e autoconstrução | Local: Sala da Congregação

Sessão Temática | 14 às 17h

ST 6 - Experiências de Ensino e Aprendizagem: escalas, formatos e conceitos | Local: Sala AU+E

Sessões Temáticas | 16h45 às 19h15

ST 4 - Planejamento e gestão urbana: concepções, arranjos e instrumentos | Local: Mastaba

ST 5 - Processos Urbanos Atuais: desafios e tensionamentos | Local: Sala da Congregação

Roda de Conversa 4 - BrCidades - Urbanismo Político para construir uma Nova Agenda Urbana para o Brasil | 17 às 18h30 | Local: Auditório 2

NOITE

Lançamentos | 19h

MANHÃ

Roda de Conversa 5 - Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

9 às 12h | Local: Mastaba

TARDE

Roda de Conversa 6 - Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

14 às 17h | Local: Mastaba

Sessão de Encerramento - Urbanismo como prática da liberdade

17 às 18h30 | Local: Mastaba

NOITE

Festa por Adesão | 20h

08/11
SEXTA-FEIRA

MESAS REDONDAS

urbBA[19]

Política e cidade: quais desafios?

06 de novembro (Quarta-feira) - 9:00 às 12:00 - Local: Mastaba

Coordenação/Debate:

Liana Viveiros

UCSAL-Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA

Convidados:

Marcelo Edmundo (Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU)

Rodrigo Rafael Souza e Silva (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST)

Diosmar Marcelino de Santana Filho (GPhEDDH-UFBA)

Glória Cecilia dos Santos Figueiredo (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

Compreende-se o urbanismo enquanto esfera situada de construção de ideias e realidades, tensionada por um contexto de contradições, inquietações, interesses e possibilidades transformadoras das dinâmicas das cidades e do existir em seus territórios. O desmonte institucional político e financeiro da política urbana brasileira na conjuntura atual, de consequências ainda opacas, nos indaga sobre os novos termos do fazer cidades, seus caminhos e utopias.

MESA

Práticas em Urbanismo: projeto, participação e produção do espaço

06 de novembro (Quarta-feira) - 14:00 às 17:00 - Local: Mastaba

Coordenação:

Helayna Soares
PPGAU-FAUFBA

Debate:

Heliodorio Sampaio
PPGAU-FAUFBA

Convidados:

Floriano Freaza (FFA Arquitetura e Urbanismo)

Marly Carrara (União Nacional por Moradia Popular - UNMP)

Viviane Hermida (Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho - MNBE2J)

Questionar o fazer urbanismo numa perspectiva de interesse público e comum constitui o seu próprio fazer. Na medida em que soluções e proposições são sempre contextuais e conjunturais, busca-se aqui costurar reflexões que evitem a paralisia e possibilitem o caminhar em articulação com múltiplos processos e agentes sociais.

MESA 2

Urbanismos: experiências singulares

07 de novembro (Quinta-feira) - 9:00 às 12:00 - Local: Mastaba

Coordenação/Debate:

Ana Fernandes

Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA

Convidados:

Marcos Xavier (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)

Ney Castro (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Thaianna Valverde (Centro de Estudos e Ação Social - CEAS)

Gabriela Leandro (Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA)

A discussão sobre experiências de ensino e aprendizagem no campo do urbanismo deve atentar para a especificidade do campo, exigindo múltiplos olhares e aportes. No ambiente acadêmico, o entendimento dos processos urbanos contemporâneos tanto se faz a partir das disciplinas acadêmicas, como – numa tendência cada vez mais forte – através de uma abordagem multidisciplinar com a colaboração de diversas disciplinas e atores sociais. Esta mesa busca trazer diferentes olhares para essa discussão.

3 MESA

CONFERÊNCIA

urbBA[19]

Conhecimento Favelado

06 de novembro (Quarta-feira) - 19:00 às 21:00 - Local: Mastaba

Coordenação:

Mayara Araújo

Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA

Conferencista:

Fransérgio Goulart

Movimento de Favelas do Rio de Janeiro/Fórum Grita Baixada

Especialista em cartografias insurgentes e/ou decoloniais

Favelas e periferias: o discurso da formalidade na construção histórica dos espaços de exceção.

CONFERÊNCIA

RODAS DE CONVERSA

RODA



Formação Profissional em Urbanismo: diálogos sobre o campo intelectual, sua constituição disciplinar e autonomia

EIXO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

06 de novembro (Quarta-feira) - 17:00 às 18:30 - Local: Auditório 1

Igor Monte da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Vinicius Rafael Viana Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

A presente proposta de roda de conversa sobre a formação profissional em urbanismo, seu campo intelectual, sua discussão disciplinar e autonomia tem como objetivo levantamento de discussões e questionamentos sobre sua área de conhecimento, trazendo à tona questionamentos no que tangem sua dissociação do campo da arquitetura e do planejamento urbano. O formato de roda dialógica é a alternativa mais eficaz dentro da condução da discussão da temática proposta. Os resultados esperados não configuram uma conclusão sobre o objeto de conhecimento e os métodos do campo do urbanismo, mas sim o levantamento e a discussão de questionamentos sobre o assunto.

Monitoria de extensão em “Olhares urbanos”: Possibilidades metodológicas de inserção da análise subjetiva dos sujeitos nos estudos urbanos

EIXO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

06 de novembro (Quarta-feira) - 17:00 às 18:30 - Local: Auditório 2

Matheus Silva Nascimento

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Ana Clara Sousa e Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A seguinte proposta para roda de conversa tem como objetivo geral apresentar os resultados de dois projetos em desenvolvimento na monitoria de extensão em “Olhares urbanos” vinculada ao colegiado de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia no qual é utilizada a arte como ferramenta de compreensão da realidade dos sujeitos e suas produções e conflitos espaciais sendo, necessariamente, uma possibilidade de grafia de campo dos estudos urbanos, à medida que a paisagem urbana aqui estudada e compreendida transcende sua visualidade e carácter estético, ou seja, por detrás dela perfaz a existência do meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, tal como um componente subjetivo e ontológico de como os sujeitos se apreendem das edificações, dos monumentos e deles mesmos no cotidiano citadino. Sendo assim, a proposta apresenta o evento “A cidade como metáfora” e o “Andanças”, como resultados dessa possibilidade de pensamento.

2 RODA

Aprendizagem em situação de conflito

EIXO 3 - PRÁTICAS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

06 de novembro (Quarta-feira) - 17:00 às 18:30 - Local: Mastaba

Grupo de Pesquisa Lugar Comum/PPGAU-FAUFBA

Reflexão sobre processos de aprendizagem em situações de conflito, a partir de interação entre estudantes de diversas formações e coletivos e movimentos sociais.

RODA
3

BrCidades - Urbanismo Político para construir uma Nova Agenda Urbana para o Brasil

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

07 de novembro (Quinta-feira) - 17:00 às 18:30 - Local: Auditório 2

Gabriella Suzart Santana

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Vinicius Rafael Viana Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

O projeto Brasil Cidades (BrCidades) compreende uma iniciativa de compor uma rede de ação coletiva convergente em torno da construção de uma agenda urbana para o Brasil. Em Salvador, o núcleo iniciou suas atividades com uma série de rodas dialógicas – nas quais foram discutidos temas centrais da questão urbana nacional, como a mobilidade, a segregação socioespacial e racial, a função social dos imóveis urbanos etc. – tendo como horizonte a reunião de atores de diversos segmentos sociais (universidade, movimentos sociais, associações profissionais etc.) e seu engajamento para contribuir na construção de uma agenda urbana que ofereça novas perspectivas de desenvolvimento (econômico, ambientalmente sustentável, social e espacialmente justo) para as cidades brasileiras. A missão atual de quem compõe o projeto, é qualificar o BrCidades como um movimento contínuo de militância política em prol de cidades mais justas para o Brasil, ressaltando que, como parte da Frente Brasil Popular, ele essencialmente pertence ao campo político da esquerda brasileira, mas não se limita a uma associação com partidos específicos. Seu objetivo é a construção e a defesa de uma agenda para as cidades brasileiras que pode servir de base para os programas dos partidos e atores políticos do campo da esquerda, mas que, além disso, deve principalmente subsidiar ações promovidas também por atores locais dispostos a realizar trabalhos de base orientados para reinserir as pautas da questão urbana no campo político de sua cidade/Estado. Dessa forma, propomos uma oficina em formato de roda dialógica, com o objetivo principal de apresentar e divulgar a agenda já construída pelo projeto BrCidades, com a finalidade de agregar multiplicadores e torná-la conhecida na cidade, assim como apresentar e receber sugestões para a agenda de ações do núcleo em 2020.

4 RODA

RODA 5

Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

EIXO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

08 de novembro (Sexta-feira) - 9:00 às 12:00 - Local: Mastaba

Coordenadora/Relatora:

Juliana Nery

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - FAUFBA

Debatedor:

André Araújo

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Convidados:

Paola Berentein e Thais Rosa (Ateliê V - FAUFBA)

Angela Franco (IHAC-UFBA)

Laila Mourad (UCSAL)

Luiz Antônio de Souza (UNEB)

Adriana Lima (UEFS)

Bruno Oliveira Fernandes, Franklin Pereira, Maria Clara Matos (DEA-FAUFBA)

Troca de informações, reflexões e problematizações sobre as experiências de ensino/aprendizagem na área do urbanismo ou afins, praticadas e/ou propostas em diferentes cursos, instituições e campos correlatos. Trata-se de compartilhar inquietações em torno dos desafios destes tempos de novos requisitos em termos da inter e da transdisciplinaridade, de novas ferramentas pedagógicas e de aprendizado, bem como da relação universidade-sociedade.

Ensino e Aprendizagem em Urbanismo

EIXO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

08 de novembro (Sexta-feira) - 14:00 às 17:00 - Local: Mastaba

Coordenadora/Relatora:

Ariadne Moraes

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - FAUFBA

Debatedora:

Naia Alban

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - FAUFBA

Aline Barroso e Anna Karla Trajano (Oficina V - FAUFBA)

Glória Cecília e Nayara Amorim (Ateliê V - FAUFBA)

Paulo Rocha e Luiz Baqueiro (Ateliê V - FAUFBA)

Osnildo Wan-Dall, Jurema Moreira, Damile Menezes e Delânia Azevedo (IFBA)

Cláudio Carvalho (UESB)

Bruno Oliveira Fernandes, Franklin Pereira, Maria Clara Matos (DEA-FAUFBA)

Troca de informações, reflexões e problematizações sobre as experiências de ensino/aprendizagem na área do urbanismo ou afins, praticadas e/ou propostas em diferentes cursos, instituições e campos correlatos. Trata-se de compartilhar inquietações em torno dos desafios destes tempos de novos requisitos em termos da inter e da transdisciplinaridade, de novas ferramentas pedagógicas e de aprendizado, bem como da relação universidade-sociedade.

6 RODA

SESSÕES TEMÁTICAS

sessão

1

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

Sessão Temática 1 – Política Habitacional e Regularização Fundiária

07 de novembro (Quinta-feira) - 14:00 às 16:30 - Local: Mastaba

Coordenação: Maria José Andrade de Souza (UEFS)

O Programa Minha Casa Minha Vida e a relação entre o urbano e o rural na implementação do PNHR na Bahia

Luana Figueirêdo de Carvalho Oliveira

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, sobre os impactos qualitativos da implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Território Quilombola de Mocambo e Cachoeira, na Chapada Diamantina. O recorte apresenta a relação entre a produção habitacional no contexto rural e urbano, a partir dos dados do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e os seus subprogramas PNHU e PNHR, com foco nos dados sobre a implementação do PNHR na Bahia e suas categorias de beneficiários. O contexto rural brasileiro se apresenta amplamente diversificado, tanto nas suas características geográficas e climáticas, quanto ao histórico de ocupação do território, tensionando o reconhecimento de diversos povos e comunidades tradicionais que compõem a população rural brasileira e a sua matriz multiétnica. O objetivo do artigo é trazer para a discussão mais ampla do planejamento urbano, a questão da habitação rural, sua relação historicamente subordinada ao urbano, e principalmente, a identificação dos beneficiários e o seu atendimento pelo programa no estado da Bahia.

Palavras-chave:

Políticas habitacionais. Habitação Rural. Minha Casa Minha Vida.

Impactos ambientais urbanos decorrentes da construção de conjuntos habitacionais do PMCMV no bairro Papagaio em Feira de Santana-BA

Maria Hortência Machado Carneiro

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Bethsaide Souza Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Rosangela Leal Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

O Brasil é marcado por uma urbanização recente e rápida que, associada a uma série de políticas públicas em relação à questão habitacional, gerou ao longo dos anos um déficit de habitações, afetando, sobretudo, a população mais carente. Nesse contexto, foi lançado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o objetivo de subsidiar o financiamento habitacional às famílias de classes mais pobres, reduzindo o déficit habitacional e também como uma política anticíclica. A implantação deste programa reconfigurou o espaço urbano de muitas cidades, uma vez que o aumento acentuado do número de moradias, a maioria em áreas antes consideradas como rurais, gerou uma maior demanda por serviços de infraestrutura e transporte, além de uma série de impactos ambientais e sociais no país. O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos ambientais urbanos (disposição de resíduos sólidos, coleta e tratamento de esgoto, taxa de impermeabilização e percentual de áreas verdes) e a inserção urbana de um conjunto habitacional do PMCMV, faixa 1, no bairro Papagaio, em Feira de Santana-BA. Para isso foram feitas uma revisão de literatura sobre habitação no Brasil e impactos ambientais, análise de mapas e imagens de satélite, pesquisa de campo para observações, medições e coleta de dados in loco. Pode-se concluir que o conjunto estudado nesta pesquisa apresenta, de forma geral, um bom equilíbrio ambiental e inserção urbana, cumprindo a função social da moradia, não se configurando apenas em dormitório para população.

Palavras-chave:

Programa Minha Casa Minha Vida. Impactos ambientais. Inserção urbana.

O processo construtivo da habitação como reestruturação social

Bianca Alves de Jesus

Instituto Federal de São Paulo - IFSP

Alexandre Kenchian

Instituto Federal de São Paulo - IFSP

Diante do atual contexto político, que segrega visual, mental e espacialmente a sua população, observa-se uma continuidade do esquema geopolítico que se fantasiou temporariamente de democrático. O espaço reflete a segregação social, no qual as terras mais servidas de infraestrutura ou mais longes de previsíveis desastres são mais caras do que as demais, configurando a espoliação urbana como forma de ocupação e crescimento das cidades: um reflexo do sistema capitalista vigente. Baseada na exploração (seja do território ou do trabalhador), o principal objetivo de sua organização é a obtenção de lucro, não importando seus efeitos. Este artigo consiste em um modelo de reestruturação das grandes cidades, que possuem centros ociosos e repletos de equipamentos públicos, através da reabilitação de um edifício histórico desocupado, localizado na cidade de São Paulo para fins de moradia, a ser produzida por autogestão. A proposta se estende para o âmbito projetual e prático, no qual a reabilitação do edifício oferecerá qualificação aos profissionais que, preferencialmente, serão os seus futuros moradores e terão acesso à experiência profissional durante a obra, facilitando o ingresso destes no mercado de trabalho e diminuindo a relação de mais-valia entre os trabalhadores e seus empregadores. Por fim, tem-se como foco demonstrar que é possível modificar a forma como se organiza a cidade e reavaliar os modelos vigentes de produção de moradia social, que poucas vezes abrangem âmbitos como acesso a empregos, profissionalização e educação básica. Tudo dentro de um contexto com tristes perspectivas sobre o futuro de quaisquer iniciativas do poder público para com a população.

Palavras-chave:

Habitação social. Autogestão. Reabilitação. Reconstrução social. Acesso à educação. Profissionalização.

Regularização fundiária e direito à moradia: a política habitacional da URBIS e o caso do FEIRA VI, Feira de Santana-BA

Lidiane Bitencourt da Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

A Habitação e Urbanização da Bahia S.A, mais conhecida como URBIS, é uma sociedade por ações, de economia mista, constituída pelo governo do estado da Bahia, por meio da Lei nº 2.114, de 04 de janeiro de 1965. Segundo o aludido diploma legal, esta sociedade surgiu com o intento primordial de construir habitações higiênicas, de tipo individual, para o alcance de famílias de escassos recursos. No entanto, por sua ação ou omissão, o direito à moradia não foi garantido de forma eficaz aos beneficiários dos programas habitacionais que esta empresa foi promotora, haja vista o universo de irregularidade fundiária produzido durante seus trinta e três anos de existência. Nesse contexto, o presente trabalho visa demonstrar que a regularização fundiária é um instrumento necessário para garantir o direito à moradia; analisar a atuação da URBIS no estado, bem como quais são os passos para que ocorra a regularização fundiária jurídica e urbanística dos conjuntos habitacionais construídos, estudando, para tanto, o caso do Feira VI, em Feira de Santana – BA.

Palavras-chave:

URBIS. Direito à moradia. Regularização fundiária.

Regularização fundiária e participação das comunidades beneficiadas: um estudo de caso acerca da implementação da Programa Casa Legal no Bairro da Paz

Emilly Mascarenhas Costa

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Este artigo tem como objetivo analisar os modos de participação de comunidades beneficiadas por políticas de regularização fundiária, a partir de um estudo de caso realizado em um bairro periférico da cidade de Salvador, o Bairro da Paz, durante os anos de 2013 a 2016. Nesse sentido são discutidas questões referentes aos processos de urbanização e de favelização de cidades brasileiras – sobretudo Salvador-, entendendo-os como elementos fundamentais para a compreensão da situação de irregularidade fundiária e déficit habitacional no país. Partindo do conceito de “direito à cidade”, discutidos por Harvey (2014) e Lefebvre (1968), buscamos compreender como moradores de comunidades periféricas atuam na busca pelo direito à vida urbana, entendendo-a como direito a serviços, a acessos, a equipamentos e à terra. Entendendo que ações de regularização fundiária devem ser realizadas com intuito de garantir a melhoria da vida urbana dos beneficiados, não se restringindo apenas à questão da posse da terra, visamos compreender como a participação dos cidadãos, sobretudo aqueles que moram em regiões que irão ser beneficiadas, pode ser fundamental para o desenvolvimento de programas que caminhem em direção à construção de cidades menos desiguais e mais democráticas, como sugerem o aparato legal e as diretrizes que norteiam as políticas urbanas no Brasil. Desse modo, buscamos responder questões como: Como se deu a participação de moradores e líderes comunitários no desenvolver do PCL no Bairro da Paz? Podemos falar em participação social em políticas de regularização fundiária?

Palavras-chave:

Regularização Fundiária. Participação social. Direito à cidade. Salvador. Bairro da Paz.

sessão

2

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

Sessão Temática 2 – Conflitos urbanos, participação e direitos

07 de novembro (Quinta-feira) - 14:00 às 16:30 - Local: Auditório 1

Coordenação: Paulo Rosa Torres (UEFS)

Propriedade na urbanização periférica do século XXI: leituras a partir do conflito fundiário no bairro Vila Bela (SP)

Giovanna Bonilha Milano

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Guilherme Moreira Petrella

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Magaly Marques Pulhez

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Este artigo pretende analisar o bairro Vila Bela, localizado no distrito de São Mateus, Zona Leste do Município de São Paulo. A história de sua urbanização – associada à provisão de moradias, equipamentos e serviços coletivos, além de infraestruturas de saneamento, energia e mobilidade, predominantemente realizados pelo conjunto de moradores-cidadãos – e sua experiência recente orientada para regularização fundiária condensam uma forma de produção do espaço (entendida em termos teórico-práticos), que deve ser elucidada em sua particularidade. Contudo, esta forma de produção do espaço, que decorre de suas especificidades territoriais, também pode ser observada de modo análogo em outras situações da metrópole, dado que se parte de uma análise que relaciona a urbanização em geral à manutenção das desigualdades socioespaciais como um todo. Neste sentido, o conhecimento a ser produzido a partir dessa condição socioespacial em particular pode transbordar de seus limites e fronteiras para a construção de uma conceituação mais geral sobre a urbanização, em sentido amplo, analisada à luz das especificidades do contemporâneo. Parte-se do conflito fundiário como método de aproximação de seus problemas concretos. Aqui, agentes sociais e suas estratégias são relacionados ao longo de uma história do conflito. Posteriormente, busca-se analisar teoricamente suas implicações, abrindo possíveis diálogos, ao compreender a propriedade privada como estrutura da urbanização (sua produção e sua reprodução ao nível político, econômico, ideológico e do conflito social).

Palavras-chave:

Urbanização. Conflito fundiário. Produção do espaço. Desigualdades socioespaciais. São Paulo.

A participação popular no desenvolvimento da política de habitação e os movimentos sociais pela moradia em Feira de Santana

Fabiana dos Anjos Barreto Matos

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

A pesquisa está inserida no campo do Direito Urbanístico e tem como objetivo analisar a participação popular em Feira de Santana, por meio de conselhos institucionais e por movimentos sociais urbanos na efetivação do direito à cidade. Em termos metodológicos, busca-se uma abordagem interdisciplinar em direito crítico, utiliza como fonte textos legislativos, atas do conselho de habitação, projetos de lei e entrevistas com gestores públicos e movimentos sociais. A Política de Habitação de Interesse Social de Feira de Santana, em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.251, de 10 de julho de 2001), além de criar o fundo de habitação de interesse social e o seu conselho gestor, destinou um capítulo à gestão participativa, prevendo instrumentos para a participação da sociedade civil na formulação e implementação dos projetos de habitação para interesse social, porém os registros de atas não foram fornecidos pelos órgãos públicos do Município, denotando que a participação popular por esta via não se mostrou efetiva. A partir dos resultados insatisfatórios através dos conselhos, os relatos dos movimentos sociais ocorridos, como as Guerreiras Candaces, ressaltam a relevância da insurgência no processo de planejamento e distribuição habitacional urbana, diante dos déficits existentes e das condições deteriorantes da dignidade humana à qual está exposta a classe trabalhadora.

Palavras-chave:

Direito à Cidade. Movimentos sociais. Luta. Moradia.

Urbanismos e urbanidades liminares: Aproximações em Periperi – Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA)**Marina Silveira Muniz Ferreira**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Atilon da Silva Matos Silva

Universidade Salvador - UNIFACS

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a heterogeneidade dos agentes envolvidos no processo de fazer cidade, a complexidade de suas estratégias de produção e apropriação do espaço, suas vivências e as relações constituídas que atravessam territórios e escalas, confrontando conceitos estigmatizados e dicotômicos que induzem a higienização e justificam violentas intervenções institucionais que promovem uma ruptura da experiência urbana, ao não considerarem as múltiplas formas de fazer cidade. Para isto, se propõe estar e pensar a partir das urbanidades liminares, se debruça sobre a imersão em campo na orla de Periperi em relação com a pesquisa historiográfica do Subúrbio Ferroviário, as diversidades de tal território, suas potencialidades e também sobre a memória e a trajetória de vida de seus agentes para apreender a versão e visão que emana da experiência dos atores sociais, se deparando com práticas cotidianas e estratégias que permitem observar a complexidade e a heterogeneidade que é a produção da cidade e que a mesma vai muito além de uma polarização.

Palavras-chave:

Produção da cidade. Urbanidades liminares. Conceitos dicotômicos. Subúrbio Ferroviário.

A cidade em disputa: a narratividade como luta pelo direito à cidade

Anna Paula Ferraz Dias Vieira

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Legitimada por um discurso hegemônico que serve a ideias e valores dominantes, a cidade territorializa desigualdades e fragmenta seus espaços, escolhendo aqueles a que ilumina, que aparecem na imagem da cidade do espetáculo, e aqueles a que deixa à sombra, quase que invisibilizados. Nublado subjetividades e rejeitando comportamentos e discursos desviantes, constrói, molda, enquadra a cidade que deseja ser e mostrar. Nos limites onde cessa a visibilidade, a cidade está, porém, em contínua produção. A sombra que acoberta os territórios marginalizados, também os revela por escaparem suas práticas à compreensão do olhar totalizador. Por meio da cultura marginal, a periferia espalha sua sombra com luminosidade própria sobre as zonas iluminadas da cidade, pintando com sua subjetividade, dando novos sentidos, disputando seus espaços e discursos. O trabalho propõe-se colocar a escuta da ginga em movimentar-se na cidade e falar sobre ela a partir da voz não autorizada daqueles que carregam em si as marcas de seus territórios, tão ilegais quanto a sua própria existência na cidade do espetáculo. Sob aporte teórico de Michel de Certeau, Milton Santos e Michel Foucault, principalmente, deseja-se debater a distribuição desigual do direito à fala e à visibilidade, e evidenciar as “maneiras de fazer” dos espaços opacos, que disputam a cidade e suas narrativas, permitindo que se lancem sobre ela novos olhares, que se contém outras histórias e que, assim, se expanda o direito sobre/ a esta. Cumpre-se aqui apresentar o direito à enunciação e visibilidade como direito à cidade, traduzido em lutas efetivas e desconstrução de estigmas sociais.

Palavras-chave:

Narrativa. Espaço Luminoso. Espaço Opaco. Cidade. Marginal.

sessão

3

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

Sessão Temática 3 – Gênero, Violência e Espaço Público

07 de novembro (Quinta-feira) - 14:00 às 16:30 - Local: Auditório 2

Coordenação: Gabriela Pinto de Moura (PPGAU-FAUFBA)

Por uma abertura de campos disciplinares promovida por inquietações e desconfortos: a inclusão do gênero enquanto dispositivo analítico de estudo urbano em Fortaleza

Thais Matos Moreno

Universidade Federal do Ceará - UFC

Luis Renato Bezerra Pequeno

Universidade Federal do Ceará - UFC

O artigo objetiva entender e tentar revelar questões pouco discutidas dentro da epistemologia da arquitetura e do urbanismo referentes à gênero, corpo, cidade e interseccionalidade, ressaltando a compreensão do gênero como um dispositivo analítico que nos possibilita enxergar diferenças sociais implicadas nos contextos urbanos. A investigação busca fazer uma leitura de cidade através das opressões de gênero que as marcam, compreendendo a necessidade de visibilizar, por isso, espaços outros e práticas outras possíveis de cidades. A cidade analisada, dentro uma perspectiva interseccional, é Fortaleza - CE e o corpo em questão neste trabalho diz respeito a um corpo dissidente de gênero. Um corpo marcado por ser um corpo de mulheres travestis, transexuais ou transgêneras que, sobretudo, sobrevivem da prostituição. O trabalho segue no sentido de procurar entender as suas territorializações e as dimensão de suas exclusões do planejamento urbano das cidades. Assim, resalto aqui o meu lugar de pesquisadora branca e heterossexual na pesquisa. A realização desse estudo se fundamenta em uma revisão bibliográfica referente às questões mencionadas, buscando entender suas materializações na cidade e compreender a atuação do arquiteto, bem como as relações de poder e opressão imbricadas. Em seguida, busca-se entender os espaços ocupados por esses corpos historicamente no centro da cidade, tentando perceber seus deslocamentos, resistências e permanências em determinados contextos. O artigo é resultado de parte de um trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará ainda em fase de elaboração e vislumbra uma abertura dos campos disciplinares no sentido de um novo diálogo e da constituição de uma agenda de pesquisa interseccional referente ao tema.

Palavras-chave:

Corpo. Cidade. Gênero. Interseccionalidade.

Prostituição e planejamento urbano: a “renovação urbana” do *Red Light District* em Amsterdã

João Soares Pena

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Neste artigo discutimos a relação entre planejamento urbano e prostituição. Para isso focamos em um recente plano elaborado e implementado no Red Light District, no centro de Amsterdã. Em 2007 foi lançado o Plano 1012 que objetivou combater a criminalidade, sobretudo o tráfico de mulheres, no Red Light District em Amsterdã. Desde então o bairro tem mudado de forma significativa com o fechamento de bordéis, sex shops, coffee shops etc. E, por outro lado, muitas lojas e serviços têm sido abertos como, por exemplo, lojas de souvenir e lojas de roupas. Algumas consequências do Plano 1012 sugerem que há importantes aspectos que devem ser considerados para analisar o que está acontecendo nesta área, bem como os interesses relativos à implementação desse plano. Em outras palavras: o que significam essas mudanças na área e a quem beneficiam?

Palavras-chave:

Planejamento Urbano. Prostituição. Amsterdã. Trabalho Sexual.

O urbano como dispositivo de violência do Estado: entre os “campos de violência” e os “blocos de privilégios de direitos” em Salvador

Any Brito Leal Ivo

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Este trabalho demonstra em que medida o urbano pode ser usado como dispositivo de violência de estado na medida em que a política urbana ganha contornos de política de segurança pública - marcada pelo controle territorial nas cidades. As diferentes modalidades de um regime securitário de proteção civil aplicado à gestão da vida urbana, cuja prioridade se assenta numa política da ordem, contrapõe-se à perspectiva de proteção da cidadania e aos valores prioritários da dignidade da pessoa humana e do Estado Democrático de Direito. A cidade faz a mediação da cidadania e expressa as diferenças entre cidadãos na cidade. São as diferenças da experiência de cidadanias espacialmente postas na cidade de Salvador que permitirão entendê-la como tensão e relações contraditórias entre dois polos conceituais, que ora chamamos de “campos de violência” e “blocos de privilégios de direitos”. Em outras palavras, o que se coloca, como estrutura organizacional do espaço construído urbano é como se distribui territorialmente a violência à cidadania “versus” a cidadania como privilégio. Paradoxalmente, o predicado difuso da violência, no contexto urbano e na perspectiva da violência de estado, se polariza no seu direcionamento, afetando sobretudo os setores populares nas cidades. Nesse contexto, os processos históricos de segregação urbana ganham outras plasticidades e formas que acirram as experiências de desigualdade nas cidades.

Palavras-chave:

Violência-estatal. Segregação urbana. Cidadania. Privilégio. Dispositivo.

Da biopolítica à biopolítica afirmativa: criação do espaço público como obra política

Carolina Queiroz

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Pretende-se com esse artigo iluminar a discussão acerca da relação entre produção do espaço público na cidade contemporânea e o conceito de biopolítica, a fim de trazer possíveis contribuições e apontamentos teóricos a pensadores do nosso momento histórico. Para tanto, trata-se como pressuposto que alguns espaços públicos da cidade contemporânea ainda são lugares de sociabilidade e urbanidade e, portanto, espaços que apresentam possibilidades de ação política. Ao discutir essa relação, retoma-se o histórico do conceito de biopolítica em Foucault e Agamben e delinea os caminhos para uma biopolítica afirmativa, em Roberto Esposito, sempre tendo em vista o seu aspecto urbano e seus impactos na cidade, destinatária de ações de poder e disciplinamento. Para problematizar e trazer uma interpretação crítica acerca dos processos de produção e criação do espaço público na cidade contemporânea busca-se uma contribuição teórica para pensar o papel das ações práticas e políticas, capazes de restaurar a ludicidade e a liberdade nos modos de vida, possibilitando fomentar uma nova imaginação acerca das cidades urbanas e da sua esfera pública.

Palavras-chave:

Produção do espaço contemporâneo. Espaço público. Biopolítica afirmativa. Ações práticas. Política.

Arquitetura defensiva e urbanismo biopolítico: quando os dispositivos decretam quais corpos devem circular

Marcelle Stephanie Ferreira Conegundes

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Carolina Ferreira Silva

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Victória de Tolledo Andrade Rocha

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Rafael Reis Bacelar Antón

Faculdade da Região Sisaleira - FARESI/Faculdade Regional da Bahia - UNIRB

O ideário neoliberal trouxe para a produção urbana grandes marcas de competição entre cidades, o que gera grandes impactos no planejamento urbano. O medo do outro e terror fabricado induzem a práticas de securitização que, aliadas à conformação de um modelo ideal de cidade para atração de capital promove e reforça a segregação socioespacial. O presente artigo trata de como as práticas de securitização nas cidades, por meio dos dispositivos da arquitetura defensiva, possuem um caráter de urbanismo biopolítico, refletindo os padrões desiguais de acesso e produção do espaço urbano. Para isso, será realizada uma revisão da bibliografia pertinente ao tema, conectando teoricamente esses conceitos e ilustrando-os em exemplos ao redor do mundo e, especialmente, em Belo Horizonte. Em seguida, serão apontados novos caminhos possíveis ligados ao planejamento insurgente e urbanismo integral.

Palavras-chave:

Arquitetura defensiva. Securitização. Urbanismo biopolítico. Planejamento Urbano.

sessão

4

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

Sessão Temática 4 – Planejamento e gestão urbana: concepções, arranjos e instrumentos

07 de novembro (Quinta-feira) - 16:45 às 19:15 - Local: Mastaba

Coordenação: Maya Manzi (UCSAL)

Considerações sobre cidades inteligentes: as representações das cidades em modelos 3D

Rosângela Leal Santos, Gabriela Oliveira Nascimento, Sayonara Araujo Figueredo, Tayane Canuto de Araújo, Itana Menezes Ribeiro, Caio Macieira Almeida Aguiar, Isabel Fernandes Araújo

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Com o número crescente de pessoas vivendo nas cidades, estas tentam a se expandir, ampliando seus limites, tanto horizontalmente como verticalmente. Essas mudanças, além de aumentar seus limites, alteram a configuração urbano, seu desenho original e seu perfil. Desta forma, o desenvolvimento e uso de ferramentas eficazes para a visualização da cidade, seja em formas de modelos de diferentes graus de complexidade, vem apresentando uma crescente importância. Nessa perspectiva, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de modelos de cidades utilizando representações em 3D é de importância crítica para o planejamento urbano sustentável, bem como a comunicação eficaz entre planejadores e o público em geral. Esses modelos se baseiam em ferramentas que convertem os objetos urbanos em representações 3D, permitindo uma interação amigável, e muitas vezes lúdica com o público, o qual consegue interagir com esse sistema através de navegadores WEB. Entretanto, para desenvolver qualquer modelo 3D, além da planta baixa da cidade, torna-se imprescindível os dados de elevação das construções, bem como um série de normas, princípios e recomendações para que essa modelagem seja consistente e possua interoperabilidade. Nesse artigo, iremos destacar algumas questões pontos fundamentais desse conceito, relevantes a sua implantação, citando exemplos do desenvolvimento de um modelo 3D de bairros da cidade de Feira de Santana, Bahia.

Palavras-chave:

Cidades inteligentes. Representação virtual 3D. Gestão pública. Feira de Santana.

Os desafios da governança na Região Metropolitana de Salvador: os casos das parcerias público-privadas

Maina Pirajá Silva

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Silvana Sá de Carvalho

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Iana Grazielle Cedraz dos Santos

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

O sistema de governança na Região Metropolitana de Salvador (RMS) vem passando por diversos processos e desafios. Consequências, sobretudo, dos graves problemas intrametropolitanos e da falta de planejamento e gestão metropolitana. Dessa forma, esta pesquisa teve o propósito de identificar e descrever os principais arranjos de gestão compartilhada existentes na Região Metropolitana de Salvador, que são parcerias público-privadas (PPP), a fim de analisar a relevância destas para o sistema de governança metropolitana. O trabalho também traz a normatização dos projetos no Brasil e no Estado da Bahia e pondera sobre as parcerias que estão em execução na RMS. Para a realização do trabalho foram levantadas bibliografias e dados em sites oficiais dos entes federados envolvidos e concessionárias, além de matérias de jornais e observações in loco. Os resultados mostraram que existem diversas parcerias público-privadas na Região Metropolitana de Salvador, mas foram observados apenas arranjos pontuais que não abrangem todo o território metropolitano, não pensando, assim, em uma integração metropolitana aos interesses comuns de planejamento para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave:

Governança. Parceria Público-Privada. Região Metropolitana de Salvador.

No rastro dos fios d'água

Juna Borges Vital e Silva

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Arina Borges Vital e Silva

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Marta Raquel da Silva Alves

Universidade Federal da Bahia - UFBA

No presente artigo, temos o objetivo de discutir o planejamento urbano desenvolvido em Salvador – BA sob a ótica dos rios que constituem a paisagem da cidade, tendo ênfase na bacia hidrográfica do Jaguaribe, cujas nascentes se localizam em alguns bairros do Miolo, como Águas Claras, Cajazeiras e Castelo Branco, e a foz, no bairro de Piatã. Para tanto, demos maior enfoque ao período correspondente à segunda metade do século XX, quando tem início o processo de descentralização urbana através, principalmente, da construção de grandes avenidas e conjuntos edificados fundamentados na lógica modernista importada da Europa e da América do Norte e verificada nos planos urbanos como o EPUCS (1942-1947), PLANDURB (1975-1978) e nos PDDUs (1985-2016). Esta lógica, desde os tempos coloniais, entende a paisagem como uma grande tábula-rasa, um plano de fundo, ou seja, como um aglomerado de objetos destituídos de qualquer capacidade de agência e, portanto, desconsidera seus diversos modos de vida, fazendo-se hegemônica e impositiva. Assim, além de evidenciar algumas das intensas transformações das redes hidrográficas de Salvador, este trabalho tem a intenção de destacar a necessidade de o planejamento urbano encarar a paisagem de outras formas que não como um plano de fundo, considerando-a e integrando-se a ela em suas reflexões.

Palavras-chave:

Planejamento urbano. Paisagem. Rio.

Plano Diretor Urbano: uma análise dos setores de Saneamento e Saúde no município de Coaraci, Bahia

Leonardo Batista Duarte

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Miriam Nohemy Medina Velasco

Universidade de São Paulo - USP

Aychá Freitas Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Gabriel Galvão Brasileiro

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Com a implantação da Constituição Federal de 1988 foram definidas diretrizes que tendem a valorizar o papel do município no atendimento das demandas da população. Assim, o presente artigo focaliza as transformações decorrentes da implantação da política urbana e da política de saúde/saneamento, tendo como objetivo analisar as transformações nos dois setores no município de Coaraci – BA, utilizando como referência as diretrizes e propostas formuladas pelo Plano Diretor Urbano. Para tanto, foram sistematizadas as informações apresentadas pelo plano para os setores de saúde e saneamento, focalizando o diagnóstico e proposições feitas no período de elaboração do plano, a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Para a constatação de possíveis mudanças na estruturação dos setores analisados, foram cotejadas informações e apresentados alguns dados recentes. O estudo permite concluir, entre outras, que as transformações nos setores decorrem muito mais das políticas e programas traçados especificamente para o setor e não exatamente do atendimento às diretrizes do Plano Diretor da cidade.

Palavras-chave:

Plano Diretor Urbano. Análise de conteúdo. Municipalização da saúde.

A participação dos correspondentes bancários na política habitacional: análise do correspondente Caixa Aqui no MCMV em Vitória da Conquista – BA

Raquel Gomes Valadares

Universidade de São Paulo - USP

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida, em vigência desde 2009, contratou mais de um milhão de unidades habitacionais, somando-se os diferentes parâmetros adotados no oferecimento das unidades, nas distintas fases, em todo o território nacional. A viabilidade de contratação e gestão operacional, por lei, foi conferida à Caixa Econômica Federal. Ainda que o número de contratações represente uma curva ascendente, o período de vigência do programa não correspondeu ao aumento expressivo de funcionários/ servidores que atendesse satisfatoriamente à demanda. O aspecto destacado nessa análise é a existência de um agente facilitador de contratação na figura do correspondente bancário. O Correspondente Negocial Caixa Aqui foi o braço operacional da instituição financiadora de contratação do MCMV nas faixas 2 e 3. As ações do correspondente negocial foram regulamentadas pelas diretrizes, instruções normativas e resoluções do Conselho Monetário Nacional. Inicialmente com a função de montagem e encaminhamento dos dossiês de avaliação cadastral; no decurso do programa foi ampliada a sua atuação e os limites de atividade, passando a ter acesso aos sistemas de recepção de documentos, mediando avaliação e contratação. Circunscrevendo a atuação do correspondente ao espaço e tempo, elege-se na região do sudoeste da Bahia, o município de Vitória da Conquista, analisando o período de 2009 a 2016, a fim de verificar a atuação dos correspondentes negociais. Ademais, propõe-se também compreender em que medida a função do correspondente negocial fragiliza as ações e relações sindicais.

Palavras-chave:

Produção social do espaço. Financiamento. Correspondente negocial.

sessão

5

EIXO 1 - URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

Sessão Temática 5 – Processos urbanos atuais: desafios e tensionamentos

07 de novembro (Quinta-feira) - 16:45 às 19:15 - Local: Sala da Congregação

Coordenação: Laila Bouças (PPGAU-FAUFBA)

A Cidade Neoliberal e o Elefante Branco: Considerações sobre o BRT Inconcluso e o Urbanismo de Exceção na Princesa do Sertão

Edmundo dos Reis Carvalho

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Douglas Silva Navarro

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Jocimar de Jesus Carneiro

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

O presente artigo analisa a opção pelo sistema de BRT na condução das políticas de trafegabilidade e mobilidade urbana em Feira de Santana enquanto projeção na cidade, de ideais de gestão perfilados às determinações do neoliberalismo como política de ordenamento autoritário do espaço urbano, que se capilariza em diversos expedientes de desconstrução dos espaços comuns e reforço da cidade especulativa. As formas como tal lógica se assenta e produz políticas e subjetividades, não apenas confirma o neoliberalismo como política dual de desmonte de direitos, como também reafirma o urbanismo de exceção como a forma básica de manifestação das práticas neoliberais no espaço da cidade. Procura-se exemplificar, mediante metodologias de análise comparativa de peças jurídicas produzidas nos enfrentamentos que tiveram lugar entre 2015 e 2017 na cidade, as plataformas de atuação do poder público como sendo manifestações materialmente comprometidas com o recuo da cidade coletiva e a denegação dos bens, espaços e recursos comuns e também a maneira como a indiferença, o atropelo, a suspensão e a simples violação dos aparatos normativos e dos marcos regulatórios confirmam que o urbanismo de exceção é a forma preferencial do Estado de Exceção manifestar-se no (des)governo da cidade contemporânea.

Palavras-chave:

BRT. Neoliberalismo. Urbanismo de Exceção.

Ou é shopping ou é popular: a privatização do espaço público em Feira de Santana – Bahia

Eliabe Ribeiro Vidal

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Maiane Silva Costa

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Maria Santana de Araujo

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Sthefanie Ramos de Moraes Bôa Ventura

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

No presente trabalho, propõe-se o estudo do caso do Shopping Popular de Feira de Santana como medida de implantação do modelo político de gestão urbana neoliberal. Lançando mão dos conceitos apresentados pela autora Diana Bogado (2017), este modelo se caracteriza, em suma, pela intervenção estatal sobre a cidade, com o fim de melhor atender aos interesses do mercado globalizado na produção e ordenação de espaços padronizados e homogêneos, fazendo emergir conflitos urbanos entre o interesse empresarial hegemônico e as resistências populares, acirrando a polarização do território. Com base nos veículos de notícias consultados e dos autos da Ação Cautelar de nº 0310734-85.2014.8.05.0080, foi possível identificar que o projeto é fruto de uma Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo Municipal e o Consórcio Feira Popular, orçado em R\$ 59 milhões e construir uma linha do tempo do conflito instalado. Não se vislumbra nenhum esforço da Prefeitura de Feira de Santana em assegurar a permanência dos vendedores no Centro Comercial. Desta forma, não há que se falar na conciliação dos interesses individuais e coletivos expostos por Edésio Fernandes (2001), uma vez que os direitos coletivos dos trabalhadores do centro comercial de Feira de Santana restou prejudicado em favor de interesses empresariais, visto que o Shopping Popular não atenderá aos anseios dos vendedores ambulantes, camelôs e artesãos feirenses, nem se prestará a preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade. Assim, não houve conciliação dos interesses das duas distintas categorias, mas sobreposição dos interesses do Grupo UAI sobre os direitos dos trabalhadores do centro comercial de Feira de Santana, bem como a prevalência destes interesses sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural local.

Palavras-chave:

Espaço público. Privatização. Parceria público-privada. Conflito. Feira de Santana.

Transformações espaciais urbanas em Camaçari/BA, 2001 a 2019

Iana Grazielle Cedraz dos Santos

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Maina Pirajá Silva

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Dante Severo Giudice

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Silvana Sá de Carvalho

Universidade Católica do Salvador - UCSAL

O presente artigo analisou as transformações espaciais e o processo de estruturação urbana que vêm ocorrendo em Camaçari, no estado da Bahia, entre os anos de 2001 e 2019, através do crescimento contínuo da incorporação imobiliária residencial, sobretudo na área urbana do distrito-sede do município e, mais precisamente, no bairro Jardim Limoeiro. O trabalho trouxe discussões sobre o conceito de espaço e ponderações acerca das temáticas: capital imobiliário e desenvolvimento. Para sua execução, por meio de uma análise temporal e espacial, foram utilizadas as abordagens metodológicas de análise qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo. Os resultados apontaram uma nova reorganização urbana em Camaçari, não só em nível espacial, mas na tendência de implantação de novos segmentos, como a verticalização e os bairros planejados.

Palavras-chave:

Camaçari. Capital imobiliário. Transformação espacial. Expansão urbana.

“O cais perdeu o seu romantismo”: a emergência de representações do Cais de Barreiras-BA como centro histórico na segunda metade do século XX

Igor de Lima Moraes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Barreiras

Diego Carvalho Corrêa – IFBA Campus Barreiras

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Barreiras

Neste texto analisamos, principalmente através de periódicos locais, a emergência de representações em que se atribuíram ao antigo Cais de Barreiras-BA, a denominação de Centro Histórico, referência de patrimônio para o município. Diante da crescente migração, principalmente sulista, promovida, dentre outros fatores, pelo avanço do agronegócio irrigado na região Oeste da Bahia, e com a construção de BRs, houve um deslocamento das atividades comerciais antes predominantes na região do Cais - centralizada pelo transporte de vapores através dos rios Grande e São Francisco no trecho Juazeiro/Barreiras, gerando a perda de importância e a resignificação do espaço. O deslocamento provocou em grupos locais a produção de identidade, a partir de uma reação afetuosa e memorialística que representou este espaço como importante ambiente do desenrolar da história do município, que foi anunciado com o objetivo de produzir uma significação de patrimonialização enquanto um monumento do passado.

Palavras-chave:

Barreiras. História. Centro Histórico. Representação. Emergência. Patrimonialização.

Desafios da consolidação do direito urbanístico brasileiro

Fagner Dantas

Fundação Mário Leal Ferreira/Prefeitura Municipal do Salvador - FMLF/PMS

Em 1988, o Direito Urbanístico Brasileiro foi elevado à condição de texto constitucional, com a inscrição dos artigos 182 e 183 da Carta Magna. No entanto, ao longo destes 30 anos, ainda podemos afirmar que a consolidação da prática do Direito Urbanístico como mecanismo de produção de cidades mais socialmente igualitárias, ambientalmente sustentáveis e economicamente incluídas ainda é um trabalho em progresso. Neste artigo, buscamos apontar algumas das causas deste déficit de efetividade do Direito Urbanístico no cenário jurídico nacional. Abordamos o processo de formação dos operadores do direito; o processo de fragmentação jus-territorial das cidades; e a inapropriação do Direito Urbanístico pelas camadas precarizadas da população urbana, justamente aqueles que mais teriam a se beneficiar da aplicação dos princípios jus-urbanísticos constitucionais, aos quais se agregaram, positivamente, aqueles decorrentes da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal através da Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). No que tange à formação dos operadores do direito, vamos contrapor um cenário de hegemonia da visão privatista da propriedade, herdeira direta do Código Bevilacqua (Código Civil de 1916), e de um corpo discente egressos das elites econômicas com um novo cenário onde busca se afirmar uma visão mais coletivista da propriedade, albergada pelo Código Reale (Código Civil de 2002), e uma realidade em transformação deste corpo discente a partir das políticas de ação afirmativa dos últimos 15 anos. No campo da fragmentação jus-territorial, vamos igualmente pontuar dois aspectos. De um lado, a fragmentação que busca o amparo legal, ou seja, os esforços para legalizar a prática dos condomínios e loteamentos fechados que, a pretexto de proteção contra a crescente violência urbana, cria uma cidade ainda mais excludente. De outro, uma fragmentação que prescindir da lei e se faz na prática nas áreas mais carentes da cidade, que acabam sob o auspício de um estado paralelo e na maior parte das vezes tirânico. Por fim, no que diz respeito à inapropriação do direito urbanístico pelas camadas populares, igualmente o olhar, a fim de ser mais amplo, é duplo. Examinamos, por um lado, a mordaza histórica a qual se veem submetidas estas classes desde sempre, o que leva a uma visão distante, quando não negativa, do aparelho estatal para aplicação da lei. Por outro, apontamos uma perspectiva de novos empoderamentos que buscam inverter a condição de polo passivo das classes populares, em favor da sua condição de titulares de direitos. Na conclusão do artigo, buscamos sintetizar os achados e apontar novas frentes de pesquisa no campo.

Palavras-chave:

Direito urbanístico. Constituição Federal. Estatuto da Cidade. Código Civil. Operadores do Direito.

sessão

6

EIXO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Sessão Temática 6 – Experiências de ensino e aprendizagem: escalas, formatos e conceitos

07 de novembro (Quinta-feira) - 14:00 às 17:00 - Local: Sala AU+E
Coordenação: Tiago Souza Bastos (PPGAU-FAUFBA/UNILA)

O URBAN21 e a formação em desenho urbano no atelier de projeto

Márcio Correia Campos

Universidade Federal da Bahia - UFBA

O trabalho apresenta uma experiência didática desenvolvida dentro do programa do Atelier de Projeto 3, dedicado ao tema da habitação, da Faculdade de Arquitetura da UFBA: com o propósito de tratar, dentro da concepção pedagógica do atelier (aprendizado através da prática), dos diversos e complexos aspectos que envolvem a relação entre edifício e espaço urbano, vêm sendo usados como definição para um dos exercícios do curso, os parâmetros estabelecidos para o concurso URBAN21, criado pela arcoweb para estudantes de arquitetura e urbanismo do país. Assumindo assim a escala e definição do Desenho Urbano estabelecidos pelo referido concurso, a experiência didática vem incorporando a discussão das zonas de centralidade, definidas pelo PDDU de Salvador, como verificação de possibilidades concretas de estabelecimento de condições vitais de uso e configuração espacial para bairros da cidade como alternativa aos estabelecidos modelos de urbanização dependentes do veículo automotor.

Palavras-chave:

Desenho Urbano. URBAN21. Salvador. Ensino.

Práticas de habitação de interesse popular e experiências no ensino de urbanismo

Elton Andrade dos Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Débora de Lima Nunes

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

O artigo apresentará práticas de campo na formação de urbanistas em Salvador – BA em que esses avaliam políticas públicas de habitação de interesse social junto ao seu público alvo. Para tanto, será apresentado o curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e as metodologias participativas que têm sido utilizadas na disciplina vinculada à Habitação, trazendo os resultados dos estudos de pós-ocupação elaborados pelos discentes entre 1999 e 2019. Nessa síntese, é possível encontrar a descrição do perfil geral dos conjuntos habitacionais (forma, localização e tamanho, por exemplo) e relatos de experiência de ações coletivas que viabilizaram conquistas por parte dos moradores desses conjuntos avaliados. Além disso, buscou-se resgatar práticas participativas na busca por soluções eficientes e eficazes para a moradia das famílias mais pobres, aprofundando sobre o governo de Luiza Erundina em São Paulo nos anos 1990. Por fim, são trazidas reflexões sobre como melhor preparar profissionais para aprimorar as políticas públicas de Habitação, com base na vivência e co-construção de soluções junto aos moradores beneficiados.

Palavras-chave:

Habitação. Políticas habitacionais brasileiras. Formação do urbanista. Participação popular.

Estúdio e Ateliê 7: Uma experiência de integração de escalas, territórios e sujeitos da resistência

Afonso Castro, Antonio Fabiano Júnior, Cesar Shundi Iwamizu, Fernando de Mello Franco, Heraldo Ferreira Borges, Igor Guatelli, Lizete Maria Rubano, Luciana Brasil, Luiz Guilherme R. de Castro, Maria Isabel Villac, Mauro Claro, Olair De Camillo, Paulo Giaquinto, Paulo Olivato, Ruth Verde Zain, Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Vólia Regina Costa Kato

Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie - FAUMACKENZIE

O trabalho apresenta uma experiência de ensino desencadeada a partir da reestruturação do projeto político pedagógico da FAUMACKENZIE, que se deu em 2017, destacando a proposta e a implantação de integração entre Estúdio de Urbanismo e Ateliê de projeto de Arquitetura do 7º semestre do curso de graduação. Considerando-se as diferentes escalas de aproximação, a proposta apresentada é a do enfrentamento das condições da metrópole contemporânea, a partir do que reconhecemos como agentes da resistência, considerando-se o projeto como instrumento de investigação e, essencialmente, sua potência emancipatória. O recorte territorial – Brás, Bresser e Belém, bairros originalmente industriais e operários – caracteriza-se pela densidade histórica, por transformações espaciais, patrimônio material e grandes estruturas de transporte de massa, compondo as Zonas de Estruturação Urbana pelo atual PDE – Plano Diretor Estratégico – aprovado em 2014 para o município de São Paulo. Para além dessas condicionantes, interessa-nos que os alunos construam aproximações – teóricas e empíricas – que permitam reconhecer apropriações, dinâmicas espaciais e socialmente gregárias para além das inteiramente visíveis, valorando processos singulares, inventivos de outras práticas e que possam estimular hipóteses projetuais de nova ordem, em oposição ao mundo urbano desigual (de direitos), tendo como tema central a vida pública, as características do lugar e as chamadas microdinâmicas. Esse trabalho retoma a experiência do 1º semestre de 2019 - como referência do que temos construído e discutido acerca do papel de projeto urbano e arquitetônico – revelando processos de reconhecimento, resgate e fortalecimento de dinâmicas sociais gregárias existentes nos territórios e, propondo – pela tentativa de se criar situações potentes – novas dinâmicas a partir de uma matriz de espaços públicos. O projeto aqui, nas suas diversas escalas, aparece como potência e contraponto aos guetos e aos programas convencionais consolidados, representando o desafio real posto às nossas cidades e à vida cotidiana.

Palavras-chave:

Ensino de urbanismo e de arquitetura. Escalas. Territórios. Agentes da resistência. Espaços públicos.

Andragogia no ensino do urbanismo: experiências de ensino e aprendizagem

Larissa Grazielle Silva dos Santos

Faculdade Santo Agostinho - FASA

Madson Mendes dos Santos

Faculdade Santo Agostinho - FASA

Priscilla Sandes Ferraz

Faculdade Santo Agostinho - FASA

O objetivo deste artigo é discutir a aplicação de metodologias andragógicas no ensino e aprendizagem do Urbanismo. Para Lacaze (1993), a única coisa que distingue o Urbanismo do domínio da Geografia Urbana é a existência de uma vontade de ação, entendendo-se, desse modo, a perspectiva de exercer um poder que modifique o espaço urbano. Assim, por tratar-se de uma práxis, o Urbanismo dialoga diretamente com o princípio basilar da Andragogia que é a autonomia. Soma-se a isso o reconhecimento do espaço urbano como produto social, ou seja, o aluno aprende sobre aquilo que ele diariamente produz, observa e vivencia. Através de métodos andragógicos como estudos de caso e da aprendizagem como resolução de problemas, o aluno aprende por experiência e aplicação imediata, ao se reconhecer na cidade como seu produtor e futuramente, na atuação profissional, como seu mediador.

Palavras-chave:

Andragogia. Ensino e aprendizagem. Urbanismo.

Sobre a conceitualização do espaço na construção da forma arquitetônica

Alvaro Letelier Hidalgo

Universidade Federal da Bahia - UFBA

O presente artigo pretende fazer uma reflexão sobre a importância da conceitualização na construção da forma arquitetônica, apoiada na articulação entre conceitos e teorias da filosofia e da geografia, e reafirmada na centralidade do conceito de espaço e lugar na arquitetura. O artigo apresenta uma aproximação inicial desenvolvida através de exercícios de percepção do espaço, os quais fornecem as ferramentas básicas para se analisar as diferentes espacialidades na cidade e os elementos que as constituem e, a partir desta sensibilização, desenvolver uma primeira aproximação para a construção da forma arquitetônica, esta última como parte integrante do espaço urbano já constituído.

Palavras-chave:

Espaço. Lugar. Cidade. Abstração. Conceitualização. Forma arquitetônica.

O Urbanismo do Corpo na Cidade Narrada pela Cartografia Sexuada de Salvador – um projeto experimental de ensino, pesquisa e extensão

Eduardo Rocha Lima

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Neste texto, discutimos o urbanismo enquanto uma prática experimental, um modo de construir conhecimento sobre a cidade e de fazer cidade a partir do corpo, o qual, em conexão com diversos outros campos do saber, fomenta um processo de investigação sobre a cidade que atribui foco à vida cotidiana que povoa os espaços. Os conflitos gerados por corporalidades fora da norma heterossexual e binária na articulação cotidiana do espaço urbano configuram a matéria com a qual trabalhamos no projeto de pesquisa, extensão e ensino denominado Cartografia Sexuada de Salvador. Neste desenvolvemos um conhecimento cartográfico que valoriza a experiência da cidade como o caminho a ser trilhado pela produção de um saber urbanístico potente de formas de vidas diversas que, ao acontecerem, questionam e subvertem lógicas hegemônicas da reprodução capitalista do espaço urbano

Palavras-chave:

Urbanismo. Corpo. Cartografia Sexuada.

sessão

7

EIXO 3 - PRÁTICAS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

**Sessão Temática 7 – Assessoria técnica, participação e autoconstrução:
experiências**

07 de novembro (Quinta-feira) - 14:00 às 16:30 - Local: Sala da Congregação
Coordenação: Caio Anderson da Silva de Almeida (PPGAU-FAUFBA)

Participação popular e resistências no espaço urbano: uma prática de assessoria técnica na Ocupação Quilombo Paraíso

Vinicius Lyra Reis Valois

Universidade Federal da Bahia - UFBA

A prática da arquitetura e urbanismo é dotada de um caráter subjetivo, na qual diversos podem ser os modos de atuar e seus resultados, a depender de quais interesses estão sendo atendidos e das decisões tomadas pelos profissionais de planejamento. O presente artigo nasce de uma experiência em assessoria técnica desenvolvida durante o Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, junto aos moradores de um assentamento do Movimento dos Sem Teto da Bahia, em Salvador. Buscando entender uma forma de exercício da profissão, foi feita uma aproximação da Ocupação Quilombo Paraíso, que sofria ameaças de remoção devido a intervenções iminentes do Estado, para construção de um conjunto Minha Casa Minha Vida projetado sobre as casas da ocupação. Indenizados com apartamentos nos futuros prédios, os moradores solicitaram que uma assessoria técnica contribuísse na realocação da ocupação para algum terreno próximo até o fim da obra, de modo a permanecer no território resistindo enquanto comunidade e garantir os imóveis. Com o objetivo de democratizar a prática do urbanismo e trocar saberes entre Universidade e População, a inclusão das famílias nas decisões projetuais foi feita através de oficinas de participação popular, fortalecendo o coletivo frente às exigências do Estado. Desse modo, o relato busca ainda tensionar o papel que o arquiteto e urbanista pode ter em equilibrar as muitas forças atuantes e desiguais na disputa pelo espaço.

Palavras-chave:

Assessoria técnica. Participação popular. Produção do espaço. Urbanismo. MSTB.

Avaliação preliminar comparativa de materiais utilizados no processo de autoconstrução de Habitações de Interesse Social na Costa do Cacau, BA

Calline Chaves de Jesus

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Lilian Mara Sales Buonicontro

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Silvia Kimo Costa

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Este artigo apresenta um estudo comparativo preliminar entre materiais convencionais e materiais alternativos que podem ser utilizados durante o processo de autoconstrução de Habitações de Interesse Social. Tomou-se como estudo de caso as habitações do Programa Habitar Brasil do município de Ilhéus, situado na Costa do Cacau do Estado da Bahia. Os materiais alternativos selecionados para a pesquisa foram o bambu, a madeira de Pequia e o Cedro. A análise foi realizada por meio do Software Cambridge Engineering Selector (2018) com Eco Audit e considerou: a pegada de CO₂, uso da água e energia incorporada durante o processo de produção primária do material; durabilidade e fim do ciclo de vida. Os resultados mostraram que os materiais alternativos, no que tange a energia de produção primária, pegada de CO₂ e consumo da água são ambientalmente sustentáveis quando comparados a materiais convencionais utilizados na construção da HIS, tais como: tijolo cerâmico, telha cerâmica e esquadrias em alumínio, pois causam menor impacto ambiental desde o processo de produção primária. Além disso, os materiais alternativos são abundantes na região estudada e apresentam técnica construtiva conhecida para treinamento de facilitadores durante o processo de autoconstrução em mutirões.

Palavras-chave:

Habitações de Interesse Social. Materiais. Sustentabilidade.

Práticas participativas para a construção de espaços públicos: o caso do Parque Theodoro Sampaio em Salvador – BA.

Débora Marques da Silva Araújo

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Gisele Paiva Leite

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Carolina Correia Queiroz

Universidade Federal da Bahia - UFBA

As cidades brasileiras vivem um processo de segregação e exclusão social, com a carência de espaços públicos para os moradores das áreas periféricas, trazendo impactos no modo e na qualidade de vida. Este artigo propõe-se a analisar a experiência vivida na construção de um espaço público em bairro periférico, onde são desenvolvidas ações colaborativas e comunitárias de moradores, trazendo para o horizonte urbano novas possibilidades de apropriação e uso de espaços públicos, criando espaços de esperança (HARVEY, 2000). Toma-se como estudo de caso o Parque Theodoro Sampaio, localizado no bairro de Mata Escura, na cidade de Salvador, Bahia, objeto de diversos trabalhos de assistência técnica desenvolvidos no curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na forma de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, entre o período de 2004 a 2018. Entre os projetos elaborados, que vão desde centros comunitários à projetos de mobilidade urbana, visando, sobretudo, a qualidade de seus espaços públicos e melhoria de vida urbana, serão selecionados para análise aqueles que permitem entender as motivações para apropriação do parque, utilizando metodologias participativas e expondo a montagem coletiva do projeto para implantação do Parque Theodoro Sampaio (ARAÚJO, et al., 2016a). A implantação desse espaço público mostra-se importante por suas características ecológicas, sociais e ainda, econômicas e fundiárias – abrindo possibilidades de construção de novos espaços públicos que tragam maior qualidade de vida à população. Ao final, elaborase uma síntese trazendo a experiência da Assistência Técnica e suas oficinas, permitindo maior conhecimento acerca dos desejos coletivos e atores envolvidos.

Palavras-chave:

Parque urbano. Espaço público. Oficinas participativas. Práticas profissionais.

ANOTAÇÕES

